



Demonstrações Contábeis

**INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS
DUMONT**

31 de dezembro de 2022 e 2021

com Relatório do Auditor Independente

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alpaville - 06454-000
saopaulo@grupoaudisa.com.br
Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

Av. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus - 90150-005
portoalegre@grupoaudisa.com.br
Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa
 @grupo_audisa
 grupoaudisa.consultores

SUMÁRIO:

Relatório do auditor independente 1-3

Anexos:

Balancos patrimoniais 4-5

Demonstração de resultado do período 6

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 7

Demonstração do fluxo de caixa 8

Notas explicativas às demonstrações contábeis 9-29

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alpaville - 06454-000
saopaulo@grupoaudisa.com.br
Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

Av. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus - 90150-005
portoalegre@grupoaudisa.com.br
Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa

 @grupo_audisa

 grupoaudisa.consultores

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT

CNPJ. : 19.176.461/0001-48

**“RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS”****Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville
☎ 11 3661-9933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

f /audisa.consultores
@grupoaudisa
in /company/grupoaudisa
PORTALAUDISA.COM.BR

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existê

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville
☎ 11 3661-9933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

Facebook /audisa.consultores
Twitter @grupoaudisa
LinkedIn /company/grupoaudisa
🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 09 de fevereiro de 2023.

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP "S" - RN 024298/O-3

Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior
Contador - CRC/RS "S" - RN- 058.252/O-1
CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04

NOSSOS ESCRITÓRIOS**São Paulo**

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO**Recife**

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

f /audisa.consultores

@grupoaudisa

in /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

IVAN ROBERTO DOS SANTOS PINTO
JUNIOR (56687850091)

Data: 2/10/2023 1:41:45 PM -03:00



VALIDAR DOCUMENTO

Código de validação: 067F7-37BD0-39CA8-E353A

Para verificar assinatura após ter assinado acesse o link a abaixo:

<https://fenacondoc.com.br/valida-documento/067F7-37BD0-39CA8-E353A>

A validação também pode ser feita utilizando o QR Code abaixo:



INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT - ISD

**Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)**

Ativo	Nota explicativa	2022	2021
Circulante - Recursos com restrição			
Contrato de Gestão - MEC			
Caixa e equivalentes de caixa	3	39.353.995	34.013.295
Adiantamentos e outros créditos	4-5	18.598.325	18.835.588
		<u>57.952.320</u>	<u>52.848.883</u>
Verba Fundos de Saúde			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.783.216	3.620.881
Adiantamentos e outros créditos	4-5	6.737.452	6.535.083
		<u>10.520.668</u>	<u>10.155.964</u>
Circulante - Recursos sem restrição			
Verba Livre			
Caixa e equivalentes de caixa	3	69.728	198.640
		<u>69.728</u>	<u>198.640</u>
Verba Prefeitura			
Caixa e equivalentes de caixa	3	610.898	385.017
Valores a receber	4-5	176.031	163.613
		<u>786.929</u>	<u>548.630</u>
Total ativo circulante		<u>69.329.644</u>	<u>63.752.117</u>
Não circulante - Recursos com restrição			
Realizável a Longo Prazo			
Contrato de Gestão - MEC			
Contrato de Gestão	4	148.216.616	166.716.616
Imobilizado	7	14.133.865	11.471.765
(-) Depreciação acumulada	7	-2.830.311	-2.184.781
		<u>159.520.170</u>	<u>176.003.600</u>
Verba Fundos de Saúde			
Imobilizado	7	1.156.889	281.962
(-) Depreciação acumulada	7	-88.748	-16.062
		<u>1.068.141</u>	<u>265.900</u>
Não circulante - Recursos sem restrição			
Verba Livre			
Imobilizado	7	29.984	34.984
(-) Depreciação acumulada	7	-13.518	-9.802
		<u>16.466</u>	<u>25.182</u>
Verba Prefeitura			
Imobilizado	7	40.057	40.057
(-) Depreciação acumulada	7	-23.283	-16.767
		<u>16.775</u>	<u>23.290</u>
Bens de Terceiros			
Bens de terceiros - AASDAP	6.1	29.519.276	29.921.289
Bens de terceiros - UFRN	6.2	28.483.713	28.483.713
Bens de terceiros - Secretaria Municipal de Saúde Macaíba	6.3	367.960	367.960
(-) Ajuste de vida útil econômica - bens de terceiros	6	-18.785.206	-15.151.842
		<u>39.585.743</u>	<u>43.621.119</u>
Contrato de Gestão - MEC			
Intangível	7	14.660	14.660
		<u>14.660</u>	<u>14.660</u>
Total ativo não circulante		<u>200.221.954</u>	<u>219.953.751</u>
Bens administrados de terceiros			
	6	105.090	105.090
		<u>105.090</u>	<u>105.090</u>
Total do ativo		<u>269.656.689</u>	<u>283.810.958</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo

	Nota explicativa	2022	2021
Circulante - Recursos com restrição			
Contrato de Gestão - MEC			
Contas a pagar	10	209.416	171.819
Obrigações tributárias	8	18.438	14.587
Obrigações sociais	9	250.336	205.626
Provisão para passivo contingente	13	-	23.618
Provisões de férias e encargos	11	723.188	641.263
Contrato de Gestão	12	49.569.124	61.093.614
		<u>50.770.503</u>	<u>62.150.527</u>
Verba Fundos de Saúde			
Contas a pagar	10	213.283	229.015
Obrigações tributárias	8	1.585	1.479
Obrigações sociais	9	73.491	53.158
Provisões de férias e encargos	11	314.269	193.358
Contrato F.M.S. Macaíba	12	8.257.648	7.113.049
		<u>8.860.276</u>	<u>7.590.060</u>
Circulante - Recursos sem restrição			
Verba Livre			
Obrigações tributárias	8	-	3.185
Obrigações sociais	9	-	3.065
		<u>0</u>	<u>6.250</u>
Verba Prefeitura			
Contas a pagar	10	8.020	8.136
Obrigações tributárias	8	1.439	682
		<u>9.459</u>	<u>8.819</u>
Total passivo circulante		<u>59.640.237</u>	<u>69.755.655</u>
Não circulante - Recursos com restrição			
Contrato de Gestão - MEC			
Contrato de Gestão		166.716.616	166.716.616
		<u>166.716.616</u>	<u>166.716.616</u>
Verba Fundos de Saúde			
Recursos F.N.S.		1.931.555	1.950.521
Recursos F.N.S. - PRONAS/PCD	12	796.978	881.283
		<u>2.728.533</u>	<u>2.831.804</u>
Não circulante - Recursos sem restrição			
Verba Livre			
Bens recebidos em doação - a realizar		16.466	25.182
		<u>16.466</u>	<u>25.182</u>
Bens de Terceiros			
Bens de terceiros - AASDAP	6.1	29.519.276	29.921.289
Bens de terceiros - UFRN	6.2	28.483.713	28.483.713
Bens de terceiros - Secretaria Municipal de Saúde Macaíba	6.3	367.960	367.960
(-) Ajuste de vida útil econômica - bens de terceiros	6	-18.785.206	-15.151.842
		<u>39.585.743</u>	<u>43.621.119</u>
Total passivo não circulante		<u>209.047.358</u>	<u>213.194.721</u>
Bens administrados de terceiros	6	105.090	105.090
		<u>105.090</u>	<u>105.090</u>
Patrimônio líquido	18		
Patrimônio social		755.491	333.767
Superávit dos Exercícios		108.512	421.724
		<u>864.003</u>	<u>755.491</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>269.656.689</u>	<u>283.810.958</u>


Reginaldo A. de Oliveira Freitas Júnior
CPF: 030.274.724-96
Representante Legal

EDUARDO SERBARO
TOSTES:16988607811

Eduardo Serbaro Tostes
Contador - CRC 1SP187364/O-1
CPF: 169.886.078-11

Assinado de forma digital por EDUARDO SERBARO
TOSTES:16988607811
DN: cn=B, o=ICP-Brasil, ou=ViduaConferencia,
ou=03973291000192, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil -
RFB, ou=RF B e-CPF A3, ou=sem-branco, cn=EDUARDO SERBARO
TOSTES:16988607811
Data: 2023.02.16 17:03:54 -03'00'

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT - ISD

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit dos Exercícios	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	252.858	80.909	333.767
Incorporação do superávit do exercício anterior	80.909	-80.909	-
Superávit do exercício	-	421.724	421.724
Saldos em 31 de dezembro de 2021	333.767	421.724	755.491
Incorporação do superávit do exercício anterior	421.724	-421.724	-
Superávit do exercício	-	108.512	108.512
Saldos em 31 de dezembro de 2022	755.492	108.512	864.003

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Reginaldo A. de Oliveira Freitas Júnior
CPF: 030.274.724-96
Representante Legal

EDUARDO SERBARO
TOSTES:1698860781
1

Assinado de forma digital por EDUARDO SERBARO
TOSTES:1698860781
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=VideoConferencia,
ou=03973291000192, ou=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=sem branco,
cn=EDUARDO SERBARO TOSTES:1698860781
Dados: 2023.02.16 17:04:37 -03'00'

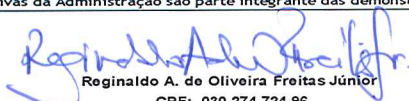
Eduardo Serbaro Tostes
Contador - CRC 1SP187364/O-1
CPF: 169.886.078-11

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT - ISD

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit líquido dos exercícios	108.512	421.724
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação	758.012	490.715
Baixa de depreciação de bens do ativo imobilizado	-29.565	-196.081
Provisão para contingências	-23.618	23.618
	813.341	739.976
Variações nos ativos e passivos - Verba Livre		
Contas a pagar	-	-9.800
Obrigações tributárias	-3.185	3.185
Obrigações sociais	-3.065	3.065
	-6.250	-3.550
Variações nos ativos e passivos - MEC		
Adiantamentos e outros créditos	237.264	6.914.283
Contas a pagar	37.598	-29.149
Obrigações tributárias	3.851	-3.797
Obrigações sociais	44.710	17.343
Provisões de férias e encargos	81.925	74.717
Contrato de Gestão - MEC	-11.524.490	20.161.543
	-11.119.142	27.134.941
Variações nos ativos e passivos - Prefeitura		
Valores a receber	-12.418	-163.613
Contas a pagar	-116	736
Obrigações tributárias	756	120
	-11.778	-162.756
Variações nos ativos e passivos - Fundos de Saúde		
Adiantamentos e outros créditos	-202.369	-5.002.944
Contas a pagar	-15.732	210.872
Obrigações tributárias	106	41
Obrigações sociais	20.332	1.741
Provisões de férias e encargos	120.910	35.950
Recursos Verba F.M.S. Macaíba	1.144.599	4.813.286
	1.067.847	58.946
Caixa líquido das atividades operacionais	-9.255.982	27.767.557
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Contrato de Gestão - MEC	18.500.000	-166.716.616
Aquisição imobilizado tangível - MEC	-2.662.100	-2.957.243
Aquisição imobilizado tangível - Verba Prefeitura	-	-6.480
Aquisição imobilizado tangível - Verba Fundos de Saúde	-1.697.744	-248.327
Baixa de bens do ativo imobilizado	5.000	13.717
Baixa de bens de terceiros	822.817	185.533
Caixa líquido das atividades de investimento	14.967.974	-169.729.416
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Contrato de Gestão - MEC	-	166.716.616
Recursos F.N.S.	-18.966	451.200
Recursos F.N.S. PRONAS/PCD	-84.305	-568
Bens recebidos em doação - a realizar	-8.716	-6.416
Caixa líquido das atividades de financiamento	-111.987	167.160.831
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.600.004	25.198.972
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	38.217.833	13.018.861
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	43.817.837	38.217.833
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.600.004	25.198.972

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


Reginaldo A. de Oliveira Freitas Júnior
CPF: 030.274.724-96
Representante Legal

EDUARDO SERBARO
TOSTES:16988607811

Eduardo Serbaro Tostes
Contador - CRC 1SP187364/O-1
CPF: 169.886.078-11

Assinado eletronicamente por EDUARDO SERBARO TOSTES:16988607811
DN: c=BR, o=CP-Brasil, ou=Vice-Coordenador, ou=19729100192,
ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB - CPF A3, ou=assin
Brasil, ou=EDUARDO SERBARO TOSTES:16988607811
Data: 2023.02.16 17:04:53 -03'00'

1. Informações Gerais

Contexto Operacional

O Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont ("Entidade" ou "Instituto") é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e qualificada como Organização Social (OS) nos termos da lei 9.637 de 15 de maio de 1998, por meio de Decreto Presidencial de 27 de fevereiro de 2014, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) em 28 de fevereiro de 2014. O Instituto obteve a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, conforme Portaria nº 1.592 de 04 de outubro de 2018, publicada no D.O.U em 10 de outubro de 2018, protocolou renovação tempestiva mantendo a regularidade da imunidade tributária. Foi reconhecido como de Utilidade Pública Estadual e Municipal, respectivamente através das Leis nº 11.012 de 09/11/2021 e nº 2.032 de 06/09/2019. Constituído em 25 de setembro de 2013, o Instituto possui sua sede administrativa e filiais na cidade de Macaíba, estado do Rio Grande do Norte.

O Instituto tem por missão/objetivo o desenvolvimento de ações e projetos nas áreas de educação, promovendo o ensino em todos os seus níveis, e de pesquisa científica, inclusive pesquisas de ponta em múltiplas áreas da ciência e do conhecimento, envolvendo projetos de âmbito educacional, social e de desenvolvimento econômico, promovendo e contribuindo para o desenvolvimento da educação, da ciência, da saúde e da tecnologia no Brasil, por meio de suas unidades próprias e das unidades a ele associadas. Poderá ainda o Instituto prestar serviços na área da saúde materno infantil e da pessoa com deficiência e suas interfaces com neurociências e neuroengenharia, visando a formação e o desenvolvimento profissional nas suas áreas de atuação.

Em julho de 2014 o Instituto firmou Contrato de Gestão com o Ministério da Educação – MEC. O Plano de trabalho a ser executado pelo Instituto engloba Metas e Indicadores de: Desempenho, Diretrizes Estratégicas, Sistemas de Avaliação e as Principais Ações no período 2014-2017 (prazo de execução do Contrato de Gestão). Em 28 de dezembro de 2017 foi assinado o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão que prorrogou a vigência até 31/12/2018. Em 21 de novembro de 2018 foi assinado o 6º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão que prorrogou a vigência até 31/12/2019. Em 26 de dezembro de 2019 foi assinado o 8º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão que prorrogou a vigência até 31/12/2020. Em 21 de dezembro de 2020 foi assinado o 10º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão que prorrogou a vigência até 31/12/2021. Em 28 de dezembro de 2021 foi firmado um novo Contrato de Gestão com vigência até 31/12/2030.

No âmbito da assistência em saúde, o Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi (Anita) foi habilitado, conforme a Portaria nº 1.430/SAS/MS, de 17 de outubro de 2016, como Centro Especializado em Reabilitação CER-III, o qual oferece assistência a 3 tipos de modalidade: Auditiva, Motora e Intelectual. Em 21 de dezembro de 2018, foi firmado, o Termo de Convênio entre o Fundo Municipal de Saúde e o Instituto, com previsão de valor global de R\$ 2,4 milhões para o ano de 2019. Em 02 de janeiro de 2020, foi firmado novo Termo de Convênio com previsão global de R\$ 2,4 milhões para o ano de 2020. Em 01 de janeiro de 2021, foi firmado um novo Termo de Convênio com previsão global de R\$ 2,4 milhões para o ano de 2021. A Portaria nº 1.842/GM/MS, de 05 de agosto de 2021 alterou a habilitação para CER-IV, passando a incluir a modalidade Visual nos atendimentos realizados pela unidade. Em 29 de dezembro de 2021, foi firmado novo Termo de Convênio com previsão global de R\$ 4,1 milhões para o ano de 2022. Em 30 de dezembro de 2022, foi firmado novo Termo de Convênio com previsão global de R\$ 4,1 milhões para o ano de 2023.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de Preparação

2.1.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e nas disposições da ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidades de lucro e pelas normas completas (IFRS completas), para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidade de lucro.

A Administração do Instituto aprovou as demonstrações contábeis e sua divulgação em 10 de fevereiro de 2023.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis da Entidade. A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Instituto revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.3. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os saldos são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A partir de 1º de janeiro de 2018, através da IFRS 9, foi estabelecido, entre outros, nova classificação e mensuração de ativos financeiros. Ativos financeiros são classificados e

mensurados com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme abaixo:

Custo amortizado: Ativo financeiro cujo fluxo de caixa resulte somente de recebimento do principal e os juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócio adotado pela organização objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Ativo financeiro cujo fluxo de caixa resulte somente de recebimento do principal e os juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócio adotado pela organização objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais como também sua venda;

Valor justo por meio do resultado: Todos os demais ativos financeiros.

Custo Amortizado

De acordo com o modelo de negócios da Empresa, os ativos e passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ou seja:

Os ativos financeiros da Entidade são: contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto investimentos de curto prazo eventualmente registrados.

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo contra resultado.

Os passivos financeiros são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado. São incluídos como passivos financeiros: fornecedores, obrigações sociais e tributárias e outras contas a pagar.

2.6. Contas a receber

As contas a receber do Instituto são avaliadas no momento inicial pelo valor presente.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Entidade), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.7. Imobilizado

É demonstrado ao custo, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 7.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para o

Instituto. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

2.8. Avaliação do valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.9. Intangível

Refere-se a gastos pré-operacionais, que têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se for o caso.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

2.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.11. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

2.12. Provisões

Reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

2.13. Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos circulantes, sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão sendo corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação.

2.14. Apuração do superávit (déficit)

O resultado das atividades é apurado em conformidade com o regime contábil da competência. As receitas e despesas foram aplicadas em suas finalidades institucionais, em conformidade com o Estatuto Social.

As receitas do Instituto são provenientes de contratos com órgãos públicos, prestações de serviços, doações e outras captações de recursos. Os contratos possuem metas pactuadas que devem ser atingidas.

2.15. Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Corrente

Em virtude de o Instituto ser uma entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 178 a 184 do Regulamento de Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, bem como artigo 195 da Constituição Federal (CF).

2.16. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB / CPC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2019. Segue abaixo a avaliação do Instituto dos impactos destas novas normas e interpretações.

IFRS 16 Leases

O IFRS 16 (CPC 06) tornou-se obrigatório a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substituiu o IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases – Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permaneceram substancialmente os mesmos em comparação às normas anteriores. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um “direito de uso” dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

Essa norma não trouxe impactos relevantes para as demonstrações contábeis da Entidade.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a recursos recebidos para aplicação nas finalidades descritas:

Contrato de Gestão firmado com o Ministério da Educação – MEC: Instituto Internacional de Neurociências Edmond e Lily Safra (IIN-ELS) e do Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi (CEPS), ambos localizados em Macaíba-RN.

Termo de Convênio firmado com o Fundo Municipal de Saúde - FMS: Implantação e Operação do Centro Especializado em Reabilitação (Auditiva, Física, Intelectual e Visual) na unidade do Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi (CEPS-ANITA). Termo de Compromisso firmado com o Fundo Nacional de Saúde para captação de recursos através de projetos apresentados ao Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência – PRONAS/PCD.

	Órgão	2022	2021
Banco do Brasil (Conta-Corrente)	Recursos próprios	7.395	81.788
Banco do Brasil (Aplicação)	Recursos próprios	62.333	116.852
Banco do Brasil (Conta-Corrente)	Pref. Mun. Macaíba	20.860	-
Banco do Brasil (Aplicação)	Pref. Mun. Macaíba	590.038	385.017
Caixa e Equivalentes de Caixa – Sem Restrição		680.626	583.657
Caixa (Sede)	MEC	1.029	100
Caixa (CP - IIN-ELS Macaíba)	MEC	1.603	1.051
Caixa (CEP Saúde - Anita Garibaldi)	MEC	1.609	1.502
Banco do Brasil (Aplicação)	MEC	39.349.755	34.010.642
		39.353.995	34.013.295
Caixa (Centro de Reabilitação)	FMS	586	671
Banco do Brasil (Aplicação)	FMS	3.018.328	2.720.355
Banco do Brasil (Aplicação)	PRONAS/PCD	304.602	379.515
Banco do Brasil (Aplicação)	PRONAS/PCD	459.700	520.339
		3.783.216	3.620.881
Caixa e Equivalentes de Caixa – Com Restrição		43.137.211	37.634.176
		43.817.837	38.217.833

As aplicações financeiras são compostas principalmente de certificados de depósitos bancários, cuja liquidez é imediata com taxa de remuneração média no ano de 2022 de 12,37% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), mantidos em bancos com bom rating de avaliação e com boa reputação no mercado.

4. Valores a receber

	2022	2021
Valores a Receber - Contrato de Gestão - MEC	166.716.616	185.216.616
Valores a Receber - Convênio Prefeitura - Faturamento	46.031	33.613
Valores a Receber - Convênio Prefeitura - STORCH	130.000	130.000
Valores a Receber - Fundo Municipal de Saúde	4.556.475	4.561.275
Valores a Receber - Fundo Nacional de Saúde	1.950.521	1.950.521
	173.399.643	191.892.025

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a análise do vencimento do saldo de valores a receber é apresentada a seguir:

Valores a receber por idade de vencimento	2021	2021
A vencer (até 360 dias)	25.183.027	25.175.409
A vencer (após 360 dias)	148.216.616	166.716.616
	173.399.643	191.892.025

5. Adiantamentos e outros créditos

	2022	2021
MEC		
Empréstimos a receber – Filiais	2.764	2.596
Adiantamento de férias	78.843	49.688
Adiantamento de diárias	-	120
Adiantamento para despesas	302	267.846
Seguros a apropriar	16.416	15.338
Total MEC	98.325	335.588
Fundos de Saúde		
Empréstimos a receber – Filiais	189.867	-
Adiantamento de férias	32.838	16.513
Seguros a apropriar	7.957	6.774
Total Fundos de Saúde	230.661	23.287
	328.986	358.875

Este grupo é composto pelos seguros contratados do exercício 2022, cujo período de vigência beneficiam o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal, bem como adiantamentos diversos, empréstimos entre as filiais e valores a recuperar das atividades operacionais.

6. Bens de terceiros

Contas de compensação

Conforme permitido no item 26 do ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucros, sem prejuízo das informações econômicas divulgadas nas demonstrações contábeis, a entidade controla em conta de compensação transações ao direito de uso dos bens de terceiros.

	2022	2021
Bens de Terceiros - AASDAP	29.519.276	29.921.289
Bens de Terceiros - UFRN	28.483.713	28.483.713
Bens de Terceiros - Secretaria de Saúde Macaíba	367.960	367.960
(-) Ajuste de Vida Útil Econômica - Bens de Terceiros	(18.785.206)	(15.151.843)
Bens Administrados de Terceiros	105.090	105.090
	39.690.834	43.726.210

Ajuste de vida útil econômica

Refere-se a amortização do direito de uso dos bens de terceiros, com base na vida útil econômica ou prazo de vigência dos contratos, dos dois o menor, sendo: Acordo de Cooperação Científica AASDAP (10 anos), Cessão de Uso de Bem Público UFRN (25 anos) e Cessão de Uso de Bem Público SMSM (5 anos).

	2022	2021
(-) Ajuste de vida útil econômica - bens AASDAP	(11.223.404)	(8.422.719)
(-) Ajuste de vida útil econômica - bens UFRN	(7.500.475)	(6.361.163)
(-) Ajuste de vida útil econômica - bens SMSM	(61.327)	(367.960)
	(18.785.206)	(15.151.843)

6.1. Acordo de Cooperação Científica

Refere-se a um Acordo de Cooperação Científica assinado entre o Instituto e a Associação Alberto Santos Dumont para Apoio a Pesquisa – AASDAP. Tem por finalidade viabilizar o funcionamento, permitindo o uso de todos os bens e equipamentos disponíveis, uma vez que a AASDAP possuía estrutura nos respectivos locais.

	2022	2021
IIN-ELS Macaíba	26.268.991	26.610.809
Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde - Anita Garibaldi	3.250.285	3.310.479
	29.519.276	29.921.289

6.2. Cessão de Uso de bem público

A cessão de uso de bem público tem por objeto a cessão de uso de uma área de 995.000 m² e das benfeitorias (acessões físicas) nela existentes, além do patrimônio móvel de propriedade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, inclusive aqueles até então na posse da AASDAP em razão dos contratos de gestão do Centro Educacional de Macaíba e do Centro de Pesquisa de Macaíba. Em 17 de janeiro de 2020, seguindo orientação do Tribunal de Contas da União (T.C.U.), UFRN e Instituto assinaram Termo Aditivo Supressivo na qual a área foi fracionada da seguinte forma: I – 695.000 m² devolvidos para a UFRN e II – 300.000 m² permanecendo na posse do Instituto.

Consolidação do Patrimônio Móvel e Imóvel objeto do Contrato de Cessão UFRN x ISD - Projeto Campus do Cérebro	Descrição	Quant.	2022	2021
ESCOLA LÍGIA LAPORTA	Mobiliário	658	367.396	367.396
	Equipamentos	21	137.580	137.580
Soma Parcial I			504.976	504.976
CENTRO DE PESQUISA	Equipamentos	8	1.068.216	1.068.216
Mobiliário/Equipamentos (antes na posse AASDAP)	Mobiliário/ Equipamentos	196	707.722	707.722
	Edificação	1	20.452.600	20.452.600
Soma Parcial II			22.228.539	22.228.539
CAMPUS DO CÉREBRO (Gleba Parcial e Infraestrutura)				
Gleba Parcial - Sem Benfeitorias	Imóvel	1	5.049.198	5.049.198
Rede de Distribuição de Energia	Obras	1	235.844	235.844
Projetos e Infraestrutura Viária	Obras	1	465.156	465.156
Soma Parcial III			5.750.199	5.750.199
CONSOLIDAÇÃO DO PATRIMÔNIO MÓVEL E IMÓVEL OBJETO DO CONTRATO DE CESSÃO PELO PRAZO DE 25 ANOS (I + II + III)	Imóvel/Obras/ Edificações	4	26.202.799	26.202.799
	Mobiliário/ Equipamentos	883	2.280.914	2.280.914
CONSOLIDAÇÃO GERAL DO OBJETO DA CESSÃO			28.483.713	28.483.713

6.3. Secretaria Municipal de Saúde de Macaíba

Refere-se a um Termo de Cessão de Uso de Bem Público assinado entre o Instituto e a Secretaria Municipal de Saúde de Macaíba. Tem por finalidade viabilizar o transporte de pacientes, através de furgões adaptados, para compor a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

	2022	2021
Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde - Anita Garibaldi	367.960	367.960
	367.960	367.960

7. Imobilizado

Descrição	Taxa Anual de Depreciação	2022	2021
TANGÍVEL			
Bens em Uso - Verba Livre			
Móveis, Utensílios e Eletrodomésticos	8,4-18,5%	9.990	9.990
Computadores, Periféricos e Eletroeletrônicos	15,2-20,0%	19.993	24.993
(-) Depreciação Acumulada		(13.518)	(9.802)
Imobilizado Líquido - Verba Livre		16.466	25.182
Bens em Uso - Contrato de Gestão			
Máquinas e Equipamentos	4,5-51,7%	312.152	294.888
Móveis, Utensílios e Eletrodomésticos	5,2-50,0%	1.059.822	955.691
Instalações	1,2-7,8%	158.270	159.773
Veículos	8,3%	78.960	78.960
Equipamentos Médicos	5,1-19,2%	292.262	272.217
Aparelhos e Instrumentos Cirúrgicos	10%	7.900	7.900
Aparelhos Telefônicos	5,3-21,0%	4.980	4.980
Computadores, Periféricos e Eletroeletrônicos	0,3-77,0%	2.115.965	1.489.594
Outros Imobilizados - Pedagógicos ou Operacionais	4,8-12,7%	1.172.234	483.685
Benfeitorias em Bens de Terceiros - AASDAP	10%	1.648.333	1.648.333
Benfeitorias em Bens de Terceiros - UFRN (i)	-	7.044.449	5.741.426
Imobilizações em Andamento	-	238.538	334.318
(-) Amortização/Depreciação Acumuladas		(2.830.311)	(2.184.781)
Imobilizado Líquido – Contrato de Gestão		11.303.554	9.286.984
(i) Não iniciou a amortização devido a obra ainda encontrar-se em andamento.			
Bens em Uso - Verba Prefeitura			
Máquinas e Equipamentos	20,6%	1.485	1.485
Móveis, Utensílios e Eletrodomésticos	10,0-23,3%	21.863	21.863
Equipamentos Médicos	10%	15.210	15.210
Computadores, Periféricos e Eletroeletrônicos	18,1%	1.499	1.499
(-) Depreciação Acumulada		(23.283)	(16.767)
Imobilizado Líquido - Verba Prefeitura		16.775	23.290
Bens em Uso - Fundos de Saúde			
Máquinas e Equipamentos	20,8%	2.260	2.260
Equipamentos Médicos	5,1-22,2%	1.103.359	267.496
Computadores, Periféricos e Eletroeletrônicos	20,0%	39.064	-
Outros Imobilizados - Pedagógicos ou Operacionais	10%	12.206	12.206
(-) Depreciação Acumulada		(88.748)	(16.062)
Imobilizado Líquido - Fundos de Saúde		1.068.141	265.900
INTANGÍVEL			
Marcas e Patentes		14.660	14.660
Intangível – Contrato de Gestão		14.660	14.660

A amortização/depreciação do período, lançada em despesas é R\$ 758.012 (R\$ 490.715 em 2021).

A movimentação do ativo imobilizado no exercício de 2022 segue:

	2021	Adições	Baixas	Transf.	2022
TANGÍVEL					
Bens em Uso - Verba Livre					
Móveis, Utensílios e Eletrodomésticos	9.990	-	-	-	9.990
Computadores, Periféricos e Eletroeletrônicos	24.993	-	(5.000)	-	19.993
(-) Depreciação Acumulada	(9.802)	(5.300)	1.583	-	(13.518)
Total Verba Livre	25.182	(5.300)	(3.417)	-	16.466
Bens em Uso - Contrato de Gestão					
Máquinas e Equipamentos	294.888	19.114	(1.850)	-	312.152
Móveis, Utensílios e Eletrodomésticos	955.691	104.660	(529)	-	1.059.822
Instalações	159.773	-	(1.503)	-	158.270
Veículos	78.960	-	-	-	78.960
Equipamentos Médicos	272.217	20.045	-	-	292.262
Aparelhos e Instrumentos Cirúrgicos	7.900	-	-	-	7.900
Aparelhos Telefônicos	4.980	-	-	-	4.980
Computadores, Periféricos e Eletroeletrônicos	1.489.594	636.190	(9.819)	-	2.115.965
Outros Imob. - Pedagógicos ou Operacionais	483.685	722.050	(33.500)	-	1.172.234
Benfeitorias em Bens de Terceiros - UFRN	5.741.426	1.303.023	-	-	7.044.449
Benfeitorias em Bens de Terceiros - AASDAP	1.648.333	-	-	-	1.648.333
Imobilizações em Andamento	334.318	679.835	(775.616)	-	238.538
(-) Amortização/Depreciação Acumuladas	(2.184.781)	(673.511)	27.981	-	(2.830.311)
Total Contrato de Gestão	9.286.984	2.811.406	(794.836)	-	11.303.554
Bens em Uso - Verba Prefeitura					
Máquinas e Equipamentos	1.485	-	-	-	1.485
Móveis, Utensílios e Eletrodomésticos	21.863	-	-	-	21.863
Equipamentos Médicos	15.210	-	-	-	15.210
Computadores, Periféricos e Eletroeletrônicos	1.499	-	-	-	1.499
(-) Depreciação Acumulada	(16.767)	(6.516)	-	-	(23.283)
Total Prefeitura	23.290	(6.516)	-	-	16.775
Bens em Uso - Fundos de Saúde					
Máquinas e Equipamentos	2.260	-	-	-	2.260
Equipamentos Médicos	267.496	835.863	-	-	1.103.359
Computadores, Periféricos e Eletroeletrônicos	-	39.064	-	-	39.064
Outros Imob. - Pedagógicos ou Operacionais	12.206	-	-	-	12.206
(-) Depreciação Acumulada	(16.062)	(72.685)	-	-	(88.748)
Total Fundos de Saúde	265.900	802.241	-	-	1.068.141
INTANGÍVEL					
Marcas e Patentes	14.660	-	-	-	14.660
Total Intangível	14.660	-	-	-	14.660

8. Obrigações Tributárias

	2022	2021
Verba Livre		
ISS a recolher	-	3.185
	-	3.185
Contrato de Gestão		
PIS/COFINS/CSLL a recolher	7.116	7.902
IRRF a recolher	1.640	1.374
ISS a recolher	9.683	5.311
	18.438	14.587
Verba Prefeitura		
PIS/COFINS/CSLL a recolher	1.088	516
IRRF a recolher	351	166
	1.439	682
Verba Fundos de Saúde		
PIS/COFINS/CSLL a recolher	692	684
IRRF a recolher	149	143
ISS a recolher	744	652
	1.585	1.479
	21.462	19.933

9. Obrigações Sociais

	2022	2021
Verba Livre		
INSS a recolher - Terceiros	-	3.065
	-	3.065
Contrato de Gestão		
IRRF a recolher - Terceiros	889	-
IRRF s/ folha a recolher	146.433	117.877
INSS a recolher	26.477	18.347
FGTS a recolher	59.393	50.423
INSS a recolher - Terceiros	17.144	18.980
	250.336	205.626
Verba Fundos de Saúde		
IRRF s/ folha a recolher	35.553	24.135
INSS a recolher	12.295	11.531
FGTS a recolher	24.006	16.058
INSS a recolher - Terceiros	1.636	1.435
	73.491	53.158
	323.826	261.849

10. Contas a Pagar

	2022	2021
Contrato de Gestão		
Fornecedores e Prestadores de Serviço a Pagar	207.120	171.924
Seguros a Pagar	2.296	-
	209.416	171.924
Verba Prefeitura		
Fornecedores e Prestadores de Serviço a Pagar	8.020	8.136
	8.020	8.136
Verba Fundos de Saúde		
Fornecedores e Prestadores de Serviço a pagar	20.858	226.419
Empréstimo a Pagar – Filiais	192.426	2.596
	213.283	229.015
	430.720	409.075

11. Provisões de Férias e Encargos

	2022	2021
Contrato de Gestão		
Férias	669.619	593.762
FGTS s/ Férias	53.570	47.501
	723.188	641.263
Verba Fundos de Saúde		
Férias	290.990	179.035
FGTS s/ Férias	23.279	14.323
	314.269	193.358
	1.037.457	834.621

12. Contrato de Gestão MEC, Contrato FMS Macaíba e FNS PRONAS/PCD - NBC TG 07 (R2)

São recursos financeiros provenientes do Contrato de Gestão firmado com o MEC, do Termo de Convênio firmado com o Ministério da Saúde para compra de Equipamentos, do Termo de Compromisso para captação de recursos via projetos PRONAS/PCD e do Termo de Convênio firmado com o Fundo Municipal de Saúde do Município de Macaíba - RN, e tem como objetivos principais, a operacionalização de projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, o Instituto presta contas de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização.

Para a contabilização de suas subvenções governamentais, o Instituto atendeu NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais e a ITG 2002 (R1).

A entidade recebeu desde 2014 até o exercício corrente, bem como suas realizações as seguintes subvenções do Poder Público:

Exercício	Concedente	Recebido	Realizado
2022	Governo Federal - MEC	18.500.000	14.651.271
2022	Governo Federal - MS EQUIPAMENTOS	-	18.966
2022	Governo Federal - MS PRONAS/PCD	-	163.376
2022	Governo Municipal - Fundo Mun. de Saúde	4.216.275	3.461.882
2014-2021	Governo Federal - MEC	139.464.525	107.794.781
2020-2021	Governo Federal - MS PRONAS/PCD	881.852	18.571
2017-2021	Governo Municipal - Fundo Mun. de Saúde	12.948.325	11.254.964
		176.010.977	137.363.811

Saldos a realizar referente às subvenções recebidas:

	2022	2021
Contrato de Gestão	49.569.124	42.593.614
Termo de Compromisso FNS PRONAS/PCD	796.978	881.823
Contrato FMS Macaíba	3.701.173	2.628.049
	54.067.276	46.130.486

13. Provisão para passivos contingentes - NBC TG 25 (R2)

Em atendimento a NBC TG 25 (R2), e respaldado por documentos recebidos da assessoria jurídica do Instituto, não são esperadas perdas prováveis que devam ser registradas e causas possíveis para divulgação em nota explicativa nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022.

14. Áreas de atuação

14.1. Saúde

Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi (Anita):

Com foco na formação, desenvolvimento e educação permanente de profissionais de saúde, em consonância com as diretrizes curriculares nacionais e políticas educacionais, o Anita realizou 74.873 procedimentos ambulatoriais exclusivamente aos usuários do

SUS, nas seguintes áreas: pré-natal, gravidez de alto risco, planejamento familiar, ginecologia, medicina fetal, infectologia na gravidez, atenção especializada às gestantes e crianças vivendo com HIV/AIDS, SAE Materno infantil, assistência às vítimas de violência sexual, pediatria geral e especializada, urologia, otorrinolaringologia, oftalmologia, ortopedia pediátrica, neuropediatria, neurocirurgia, neurologia clínica, psicologia clínica, neuropsicologia, enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia, educação física, pedagogia, terapia ocupacional, assistência social, nutrição, ultrassonografia diagnóstica e intervencionista, urodinâmica, eletroencefalografia, análises clínicas e análise de marcha.

O Instituto recebeu 449 graduandos dos cursos de Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - oriundos do Campus Central, em Natal; da Escola Multicampi de Ciências Médicas, em Caicó (EMCM); e da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA). Juntos, os estudantes de graduação cumpriram uma carga de 28.892 horas em atividades, resultando no uso de 104,5% da capacidade instalada.

Além dos 23 alunos próprios do Programa de Residência Multiprofissional no Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência (RESPCD), o Instituto recepcionou outros 73 residentes externos vinculados ao Hospital Infantil Varela Santiago, em Natal; Escola Multicampi de Ciências Médicas (EMCM/UFRN), em Caicó; Hospital Universitário Ana Bezerra (HUAB/UFRN), em Santa Cruz; Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL/UFRN), em Natal; Maternidade Escola Januário Cicco (MEJC/UFRN), em Natal; Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN Central), em Natal; Hospital Israelita Albert Einstein (HIAE).

Os residentes internos e externos cumpriram 55.616 horas em atividades divididas nos cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Farmácia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Psicologia e Serviço Social. Entre os programas vivenciados no Instituto estão: Neurologia pediátrica, Família e comunidade, Reabilitação, Neonatologia, Materno-Infantil, Ginecologia e Obstetrícia, Pediatria e Saúde da Pessoa com Deficiência. A carga horária efetivamente atingida pelos residentes no Instituto Santos Dumont resultou no uso de 80,6% da capacidade instalada.

14.2. Pesquisa científica

Centro de Pesquisa do IIN-ELS de Macaíba

O Instituto Internacional de Neurociências Edmond e Lily Safra (IIN-ELS) oferece, desde 2013 o Programa de Pós-Graduação em Neuroengenharia (PPGN), credenciado pela CAPES em 2013 (33280010001P2), responsável pelo primeiro curso de mestrado na área reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O PPGN é um programa multidisciplinar inserido na área de Engenharia Biomédica que possui duas linhas de pesquisa: Interface Cérebro-Máquina e Neuromodulação. Por meio da neuroengenharia se busca compreender o Sistema Nervoso Central (SNC) e desenvolver tratamentos e tecnologias ainda inexplorados para distúrbios neurológicos, como a restauração de funções sensoriais, motoras e cognitivas.

De janeiro a dezembro do ano passado, 19 estudantes foram titulados Mestres em Neuroengenharia pelo Instituto. Desses, 14 cumpriram o prazo de 24 meses para

conclusão do programa, resultando em um percentual de 73,7%. Dentre os demais estudantes, três desistiram do programa, um concluiu o Mestrado em 27 meses e o outro em 26 meses.

Em 2022, 96% dos 50 mestres em neuroengenharia formados nos 3 anos anteriores foram absorvidos pelo mercado de trabalho, atuando no setor produtivo, na academia como discentes ou docentes, na pesquisa científica ou no empreendedorismo.

Foram publicados 23 artigos em periódicos científicos internacionais, sendo sete de autoria exclusiva do ISD e 16 oriundos de colaborações institucionais. No que diz respeito à produção científica discente, ao longo do ano de 2022, 65 produções foram publicadas pelos discentes que se encontram no segundo ano de atividades no ISD, entre artigos em periódicos indexados, capítulos de livros e anais de congressos, resultando numa proporção de 1,3 trabalho para cada um dos 49 estudantes analisados.

No mais, das 12.880 horas disponíveis no ano para uso externo, distribuídas nos sete laboratórios elegíveis, 1.171 horas foram ocupadas, representando 9,1% do total disponível.

14.3. Atendimentos no âmbito da saúde

Em observância a Lei Complementar nº 187/2021, a atividade para fins de CEBAS do INSTITUTO, se dá exclusivamente pela saúde, por meio da mantida Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi, de atendimento 100% aos usuários do SUS, na modalidade ambulatorial e reabilitação.

Sendo a mantida prestadora de serviços ao SUS, a Entidade inseriu no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), os atendimentos prestados. Por não haver atendimentos Não-SUS, não constará informações no Sistema de Comunicação e Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA).

No quadro abaixo, demonstra-se, o quantitativo dos Atendimentos Ambulatoriais Realizados e o percentual atingido em conformidade com o art. 9º Inc. II da LC 187/2021:

	2022
Quantidade de procedimentos ambulatoriais SUS	74.873
Ambulatorial SUS	74.873
Percentual SUS final ao CEBAS	100%

15. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Entidade optou pelo método INDIRETO na elaboração do Fluxo de Caixa.

As rubricas contábeis que compõem o saldo das Atividades de Financiamento são as seguintes:

- Contrato de Gestão MEC, Verba Prefeitura e Fundos de Saúde

As rubricas contábeis que compõem o saldo das Atividades de Investimentos são as seguintes:

- Imobilizado

16. Seguros

O Instituto mantém apólices para cobertura de seguros em montantes julgados suficientes para cobrir sinistros dos seus bens patrimoniais e bens de terceiros.

17. Avais, fianças e garantias

O Instituto não prestou garantias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e não possuía em 31 de dezembro de 2022, quaisquer transações como interveniente garantidora.

18. Patrimônio Líquido

	2022	2021
Patrimônio Social	864.003	755.491
	864.003	755.491

18.1. Patrimônio Social

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio social do Instituto é de R\$ 864.003 (R\$ 755.491 em 2021). Na composição deste saldo, houve a transação usual de reconhecimento do déficit/superávit do exercício anterior com diminuição/aumento do Patrimônio Social no exercício vigente.

18.2. Destinação do superávit (déficit) /aumento (redução) de patrimônio social

Por ser entidade sem fins lucrativos, o Instituto não remunera, sob nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados. O déficit/superávit do exercício de 2021 foi incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e NBC ITG 2002 (R1) em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social. O superávit do exercício de 2022 será incorporado ao Patrimônio Social.

19. Receita

	2022	2021
Receita Operacional - Verba Livre		
Outras Captações de Recursos	17.909	262.408
Doações Recebidas-Imobilizado/Materiais	5.300	6.230
	23.209	268.639
Receita Operacional – MEC		
Contrato de Gestão-Realizado (Nota 12)	14.651.271	12.043.991
Voluntários (+)	52.970	19.962
Imunidades (+)	2.525.033	2.041.093
	17.229.274	14.105.046
Receita Operacional - Prefeitura (SUS)		
Prestação de Serviços	262.683	311.829
Convenio Prefeitura	120.000	240.000
	382.683	551.829
Receita Operacional - Fundos de Saúde		
Contrato FMS Macaíba-Realizado (Nota 12)	3.461.882	2.477.536
Termo de Convênio FNS EQUIPAMENTOS-Realizado (Nota 12)	18.966	
Termo de Compromisso FNS PRONAS/PCD-Realizado (Nota 12)	163.376	18.571
	3.644.224	2.496.107
Receita Líquida	21.279.390	17.421.621

20. Natureza das despesas e custos reconhecidos na demonstração do resultado

O Instituto apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas e custos baseados em sua função. As informações sobre a natureza das principais despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2022	2021
Resumo das Despesas Operacionais		
Gastos com Pessoal e Encargos Sociais	(11.400.523)	(9.234.087)
Despesas Administrativas	(1.423.157)	(1.366.697)
Ocupações, Utilidades e Serviços	(637.815)	(541.247)
Serviços Profissionais	(4.164.250)	(3.165.772)
Locações Diversas	(51.651)	(38.077)
Despesas com Viagens	(70.865)	(79.349)
Depreciação e Amortização	(758.012)	(490.715)
Despesas Tributárias/Financeiras	(146.643)	(35.874)
Voluntários	(52.970)	(19.962)
Imunidades	(2.525.033)	(2.041.093)
	(21.230.919)	(17.012.872)

	2022	2021
Detalhamento das Despesas Operacionais:		
Verba Livre		
Despesas com Pessoal	(22.500)	-
Despesas Administrativas	(131.160)	(154.271)
	(153.660)	(154.271)
MEC		
Despesas Gerais - Sede	(2.658.652)	(2.331.143)
Despesas Gerais - C. P. IIN-ELS	(7.809.660)	(5.690.971)
Despesas Gerais - CEPS Anita Garibaldi	(4.182.959)	(3.967.187)
Despesas Gerais - Campus do Cérebro	-	(54.691)
Voluntários	(52.970)	(19.962)
Imunidades	(2.525.033)	(2.041.093)
	(17.229.274)	(14.105.046)
PREFEITURA		
Despesas Administrativas	(203.760)	(257.448)
	(203.760)	(257.448)
Fundos de Saúde		
Despesas com Pessoal	(2.981.370)	(2.092.715)
Despesas Administrativas	(636.431)	(401.872)
Despesas Tributárias	(20.997)	(330)
Despesas Financeiras	(5.427)	(1.190)
	(3.644.224)	(2.496.107)
	(21.230.919)	(17.012.872)

21. Resultado Financeiro

	2022	2021
Receitas Financeiras		
Rendimento com Aplicações Financeiras - Verba Livre	9.046	4.785
Rendimento com Aplicações Financeiras - Prefeitura	52.952	10.546
	61.998	15.331
Despesas Financeiras		
Despesas Financeiras - Verba Livre	(1.225)	(1.209)
Despesas Financeiras - Prefeitura	(732)	(1.147)
	(1.957)	(2.356)
Resultado Financeiro	60.041	12.975

22. Voluntário

Conforme ITG 2002 (R1) item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. O montante desse serviço em 2022 corresponde a R\$ 52.970 (R\$ 19.962 em 2021). O valor ora realizado está registrado em contas específicas e reconhecido na receita e na despesa.

23. Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem caixa e equivalentes de caixa e outros recebíveis, assim como obrigações a pagar e outras dívidas cujos valores são aproximados aos respectivos valores de mercado.

O Instituto não opera com instrumentos financeiros para fins especulativos, bem como derivativos.

23.1. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades classificadas como de primeira linha.

23.2. Risco de liquidez

É o risco de a Entidade não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas frequentemente pela administração da Entidade.

23.3. Demais riscos financeiros

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2022, o Instituto não está sujeito aos fatores de risco com: (a) taxas de câmbio; (b) risco com preço de mercadorias vendidas ou insumos adquiridos; (c) risco significativo de estrutura de capital.

24. Imunidade da contribuição para seguridade social

Por se enquadrar nos pré-requisitos instituídos pela Lei Complementar nº 187/2021 o Instituto mantém o Certificado Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS Saúde, concedido por meio da Portaria nº 1.592, De 04 De Outubro De 2018, em conformidade com as legislações vigente a época, para o período de 10 de outubro de 2018 a 09 de outubro de 2021, foi protocolado processo de renovação tempestivo sob nº 25000.144811/2021-85 em 28 de

setembro de 2021, mantendo a regularidade da certificação e fluência dos benefícios conforme art. 37 § 1º da Lei Complementar nº 187/2021.

O valor relativo à imunidade (como se devida fosse), gozado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 2.525.033 (R\$ 2.041.093, em 2021), abaixo detalhado, tendo sido totalmente aplicado nos programas para a manutenção de serviços gratuitos.

	2022	2021
INSS Cota Patronal	2.323.923	1.925.183
PIS Sobre Folha de Pagamento	86.714	71.835
COFINS	114.393	44.075
	2.525.033	2.041.093

25. Eventos subsequentes

A Administração do Instituto declara a inexistência de fatos ocorridos da data de encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2022 até a data da conclusão das referidas demonstrações em 10 de fevereiro de 2023, que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Entidade ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Macaíba, 31 de dezembro de 2022.



Reginaldo Antônio de Oliveira Freitas Júnior

CPF: 030.274.724-96

Representante Legal

EDUARDO SERBARO
TOSTES:1698860781
1

Assinado de forma digital por EDUARDO SERBARO
TOSTES:1698860781
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=VideoConferencia,
ou=03973291000192, ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(sem
branco), cn=EDUARDO SERBARO TOSTES:1698860781
Dados: 2023.02.16 17:05:20 -03'00'

Eduardo Serbaro Tostes

Contador - CRC 1SP187364/O-1

CPF: 169.886.078-11